

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

01) Sobre o texto 1, é **correto** afirmar que:

A ⇒ nos estados onde existem programas em prol da qualidade de vida dos policiais, as maiores dificuldades são de infra-estrutura física das instituições.

B ⇒ menos da metade dos estados brasileiros mantém serviços de atendimento psicológico a policiais.

C ⇒ apesar de haver apoio institucional e recursos financeiros, os programas de qualidade de vida dos policiais brasileiros não são regulamentados.

D ⇒ **a autora do texto defende mudanças nos programas de atenção à saúde e qualidade de vida dos policiais brasileiros.**

PARECER:

A alternativa A está incorreta uma vez que, de acordo com o texto 1, “as maiores dificuldades relatadas referem-se à necessidade de recursos humanos e infra-estrutura”, ou seja, a alternativa não inclui a “necessidade de recursos humanos”. Além disso, o texto fala em necessidade de “infra-estrutura”, mas não diz que se trata de “infra-estrutura física”.

A alternativa B está incorreta, pois segundo o texto 1, tendo os pesquisadores visitado 19 estados, ele “[...] identificaram que quase a totalidade das instituições visitadas - 96,2% - possuem algum tipo de Programa de Atenção à Saúde do Servidor”.

A alternativa C também está incorreta, pois “são necessárias a regulamentação e a institucionalização dos programas e a destinação de recursos para seu pleno funcionamento”, ou seja, falta apoio financeiro e regulamentação aos programas de qualidade de vida dos policiais brasileiros.

A alternativa D, por sua vez, é a única correta, visto que Marina Lemle, autora do texto, apesar de não fazer nenhuma declaração explícita defendendo “mudanças nos programas de atenção à saúde e qualide de vida dos policiais brasileiros”, expõe, discute, analisa, ao longo do texto, a necessidade dessas mudanças, o que já fica evidenciado no título do texto. Ou seja, ao apresentar argumentos favoráveis a essas mudanças, infere-se a defesa que a autora faz.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

02) Sobre o texto 1, é **correto** afirmar:

A ⇒ Tatiana Vasconcelos, em fins de 2008, coordenou uma pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

B ⇒ A pesquisa encomendada pela Senasp foi realizada em todos os estados brasileiros.

C ⇒ Nos estados, os comandos gerais da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros passaram três dias colhendo informações sobre a saúde dos policiais.

D ⇒ A pesquisa da Senasp constatou que a totalidade dos estados brasileiros tem algum tipo de programa de atenção à saúde do servidor.

PARECER:

De acordo com o texto, a pesquisa realizada em fins de 2008 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública foi coordenada por Tatiana Vasconcelos. Isso está dito no segundo e no terceiro parágrafos, donde se conclui que a alternativa A está correta.

A pesquisa encomendada pela Senasp foi realizada em 19 estados brasileiros, não em todos (ver 5º parágrafo). Logo, a alternativa B está incorreta.

Quem passou três dias colhendo informações sobre a saúde dos policiais nos 19 estados pesquisados foram os seis consultores (pesquisadores) contratados (ver início do 6º parágrafo). Conclui-se, assim, que a alternativa C está incorreta.

O que se afirma na alternativa D refere-se apenas aos estados visitados (19 estados), e não à totalidade dos estados brasileiros. Sendo assim, também a alternativa D está incorreta.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

03) Assinale a alternativa que melhor resume o texto 1.

A ⇒ No que diz respeito a programas de saúde e qualidade de vida, os policiais brasileiros são muito mal atendidos na maioria dos estados brasileiros.

B ⇒ No Brasil, a maioria dos estados possui programas destinados à saúde e à qualidade de vida dos policiais, mas tais programas privilegiam a saúde física, deixando a desejar no que se refere à saúde mental.

C ⇒ A pesquisadora Tatiana Vasconcelos é implacável em suas críticas à falta de estrutura e apoio à saúde física e mental dos policiais brasileiros.

D ⇒ As pressões da sociedade por eficiência dos agentes de segurança geram desgastes físicos e emocionais, prejudicando o desempenho profissional dos policiais.

PARECER:

O resumo da letra A é parcial, deixando de fora o fato de os programas destinados à saúde dos policiais brasileiros privilegiarem a saúde física em detrimento da saúde mental.

Na letra C, o que se afirma confere com o que diz o texto, mas a frase não contempla a totalidade do texto, deixando fora do resumo aspectos importantes.

A frase da alternativa D está incorreta porque ela resume o último parágrafo do texto, não o texto todo.

De fato, a alternativa B é a que melhor resume o conteúdo do texto, sendo fiel ao fio condutor da exposição e argumentação apresentadas. Preserva, inclusive, a tese principal do texto: o pouco cuidado que se dá à saúde psíquica dos policiais brasileiros.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

04) Considerando o que se afirma no texto 1, infere-se que:

A ⇒ é preciso rever as políticas e as ações destinadas a combater o estresse dos policiais no Brasil com vistas a evitar que parte deles desista da profissão.

B ⇒ em alguns estados, o nível e a qualidade dos serviços de atenção à saúde física e mental dos policiais é melhor do que em outros.

C ⇒ o assassinato de policiais no Brasil está, em parte, associado à falta de autocontrole dos profissionais de segurança e à falta de assistência à saúde mental.

D ⇒ os comandantes das forças policiais têm sido omissos em relação à saúde dos servidores da segurança pública.

PARECER:

Nada existe no texto que permite relacionar a falta de combate ao estresse dos policiais à eventuais desistências da profissão. Logo, a alternativa A é incorreta.

Se “na maioria dos estados, o atendimento psicológico existe, mas configura-se basicamente em atendimento clínico individual”, então conclui-se que “em alguns estados, o nível e a qualidade dos serviços de atenção à saúde física e mental dos policiais é melhor do que em outros”.

O que se afirma na alternativa C, ao contrário, não tem respaldo no texto. Aliás, o texto sequer menciona a questão do assassinato de policiais ou alguma informação que permita fazer tal inferência, “associado à falta de autocontrole dos profissionais de segurança e à falta de assistência à saúde mental”.

O texto menciona a falta de apoio das instituições, a carência de profissionais para cuidar da saúde dos policiais, a falta de infra-estrutura, mas nada existe no texto que possa indicar, inferir, concluir que os comandantes são omissos em relação aos serviços de atendimento à saúde dos policiais.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

05) Assinale a alternativa que representa opinião da autora do texto 1.

A ⇒ “Em cada estado, os pesquisadores passaram três dias coletando informações nos comandos gerais da Polícia Civil, da Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros.”

B ⇒ “São necessárias a regulamentação e a institucionalização dos programas e a destinação de recursos para seu pleno funcionamento”, diagnóstica.

C ⇒ “Nada justifica a violência, mas é sábio evitar o estresse em quem tem por missão garantir a segurança da população.”

D ⇒ “Urge a necessidade de um trabalho específico de qualidade de vida para os profissionais da segurança, defende.”

PARECER:

Na letra A, a frase não se caracteriza como opinião; trata-se, ao contrário, de informação.

As alternativas B e D reproduzem opiniões, mas essas opiniões são da pesquisadora Tatiana Vasconcelos (conferir final do quarto e do último parágrafos).

Resta como opinião da autora, o que se reproduz na alternativa C (conferir primeiro parágrafo).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

06) Assinale a alternativa em que a alteração na ordem das palavras e na sintaxe da frase modifica o sentido original do texto 1.

A ⇒ Apesar de os relatos indicarem inúmeras necessidades de aperfeiçoamento e de apoio, faltam programas efetivos em prol da qualidade de vida.

B ⇒ Os responsáveis por cada força responderam a um questionário com perguntas sobre os atendimentos já realizados, as carências e a estrutura dos serviços e programas de saúde.

C ⇒ Apesar de existir, na maioria dos estados, o atendimento psicológico, ele configura-se basicamente em atendimento clínico individual.

D ⇒ As condições de trabalho nas instituições de segurança pública, de acordo com Tatiana, acarretam sobrecarga física e emocional nos policiais. Além disso, as pressões da sociedade por eficiência afetam sua saúde, geram desgaste e insatisfação. Também provocam estresse e sofrimento psíquico, prejudicando o seu desempenho profissional.

PARECER:

Na letra A, houve modificação substancial em relação ao texto, invertendo-se os argumentos. No original, a concessão (apesar de) refere-se à “existência de iniciativa em prol da qualidade de vida”, não “os relatos indicarem inúmeras necessidades de aperfeiçoamento e de apoio”.

Na letra B, a inversão feita na ordem das palavras não alterou o sentido do texto original, a saber: “Um questionário com perguntas sobre os atendimentos já realizados, as carências e a estrutura dos serviços e programas de saúde foi respondido pelos responsáveis em cada força.”

Também na letra C a inversão não alterou o sentido da frase correspondente no texto: “Na maioria dos estados, o atendimento psicológico existe, mas configura-se basicamente em atendimento clínico individual.”

Da mesma forma em D, as alterações na ordem das palavras, a inserção de conectores e a modificação na pontuação não alteram o sentido do texto original, que é: “De acordo com Tatiana, as condições de trabalho nas instituições de segurança pública acarretam sobrecarga física e emocional nos policiais e as pressões da sociedade por eficiência afetam sua saúde, geram desgaste, insatisfação e provocam estresse e sofrimento psíquico, prejudicando o seu desempenho profissional”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

07) Com base no texto 1, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ A frase “Um dia o autocontrole escapole e o dedo puxa o gatilho” equivale a: “Quando o autocontrole escapole, o dedo puxa o gatilho”.

B ⇒ Em “São necessárias a regulamentação e a institucionalização dos programas e a destinação de recursos para seu pleno funcionamento, diagnóstica”, o sujeito do verbo “ser” é composto e posposto.

C ⇒ Em “Apesar da existência de iniciativas em prol da qualidade de vida em muitos estados, os relatos indicam **inúmeras necessidades de aprimoramento e de apoio para que esses programas possam ser efetivos**”, o sintagma destacado em negrito exerce a função de adjunto adverbial do verbo “indicam”.

D ⇒ Em “A pesquisa constatou que a maior parte das instituições estaduais **possui** estruturas de atenção à saúde física e mental dos seus servidores, mas elas são incipientes, principalmente no que diz respeito à saúde mental”, existe um erro de concordância verbal, pois o verbo destacado **em negrito** deve concordar com “instituições estaduais”.

PARECER:

Na letra A, as modificações feitas alteraram o sentido da frase. Se em “Um dia o autocontrole escapole e o dedo puxa o gatilho” tem-se duas orações independentes sintaticamente, o mesmo não se pode dizer em relação à frase “Quando o autocontrole escapole, o dedo puxa o gatilho”. Neste caso, a primeira oração expressa uma circunstância adverbial de tempo em relação ao verbo da segunda oração.

Na letra B, de fato o sujeito do verbo “ser” é composto, representado por “a regulamentação e a institucionalização dos programas e a destinação de recursos para seu pleno funcionamento”, cujos núcleos destacamos. Conclui-se, pois, que a alternativa B está correta.

Em C, ao contrário do que se afirma, o sintagma destacado exerce a função de objeto direto do verbo “indicam”.

Em D, ao contrário do que se afirma, não existe erro de concordância do verbo destacado, uma vez que o mesmo concorda com o núcleo do sujeito “parte”. Embora em tais casos as gramáticas admitam a possibilidade de também haver a concordância no plural com o sintagma partitivo no plural “instituições estaduais” (trata-se, nesse caso, de uma silepse de número), a real concordância deve ser feita no singular, com o núcleo do sujeito “parte”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

08) Com base no texto 1, é **correto** o que se afirma em:

A ⇒ A psicóloga Tatiana Vasconcelos duvida dos dados levantados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

B ⇒ Somente em duas vezes, a autora inclui em seu texto a fala da pesquisadora Tatiana Vasconcelos.

C ⇒ Os principais argumentos da autora do texto foram extraídos de um relatório produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

D ⇒ **O estudo incluiu dados sobre a existência de programas de saúde e qualidade de vida dos policiais e sobre a estrutura, funcionamento e necessidades.**

PARECER:

A frase da alternativa A é incoerente em relação ao que se afirma no texto, uma vez que o dados levantados foram feitos pela própria Tatiana Vasconcelos. O texto também não afirma que Tatiana Vasconcelos é psicóloga.

A fala da pesquisadora Tatiana é inserida no texto pela autora mais de duas vezes. Em três vezes, pelo menos, a citação é direta e entre aspas. Logo a alternativa B é incorreta.

Os principais argumentos da autora do texto foram extraídos de uma pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), no fim de 2008, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Logo, conclui-se que a alternativa C também não é correta.

Resta considerar correta a alternativa D, que reproduz informação correspondente ao que contém o texto.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

09) Assinale a alternativa **correta**, considerando as frases extraídas do texto 1.

A ⇒ Na frase “**Ele** cumpre uma rotina de treinamentos puxados e regras rígidas, arrisca a **própria** pele por um salário que não cobre as **suas** contas e ainda sofre preconceitos da sociedade”, os três termos destacados têm um único referente, “o policial”.

B ⇒ Em “A pesquisa constatou que a maior parte das instituições estaduais possui estruturas de atenção à saúde física e mental dos seus servidores, mas **elas** são incipientes, principalmente no que diz respeito à saúde mental”, o termo destacado retoma a expressão “instituições estaduais”.

C ⇒ Em “Na maioria dos estados, o atendimento psicológico existe, mas configura-se basicamente em atendimento clínico individual”, a segunda oração explicita a causa do que se afirma na primeira oração.

D ⇒ Na frase “**Apenas** 58% das instituições visitadas possuem programas de qualidade de vida que envolvam a promoção do atendimento às necessidades dos profissionais, [...]”, a substituição do termo destacado pela expressão “Mais de” não modifica o sentido.

PARECER:

Apesar do emprego catafórico, os pronomes destacados de fato têm como referente o substantivo policial, que vem a ser mencionado na frase seguinte. É correta, portanto, a alternativa A.

Em B, sintaticamente não é possível saber se o pronome destacado retoma “as instituições estaduais” ou retoma “estruturas”. Todavia, essa ambiguidade aparente é desfeita pelo componente semântico e pelo contexto, uma vez que, no caso, o adjetivo “incipientes” somente pode se referir a “estruturas” de atenção à saúde. Isso quer dizer que a alternativa B está incorreta.

Na letra C, a segunda oração, diferentemente do que se afirma, a segunda oração expressa uma idéia adversa (contrária) à idéia da primeira oração.

Na letra D, a substituição sugerida modifica o sentido da frase. Logo, também essa alternativa está incorreta.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

12) Assinale a alternativa na qual a frase está inteiramente de acordo com a variedade padrão escrita da língua portuguesa.

A ⇒ O servidor que não se dispuser a realizar o exame deverá, obrigatoriamente, manifestar-se por escrito por meio de uma ficha padronizada, assumindo, assim, a responsabilidade por seu ato.

B ⇒ O servidor que não se dispor a realizar o exame deverá, obrigatoriamente, manifestar-se por escrito através de ficha padrão, assumindo, assim, a responsabilidade por seu ato.

C ⇒ Deverá manifestar-se obrigatoriamente por escrito, por intermédio de uma ficha-padrão, o servidor que não se dispor a realizar o exame, assumindo, assim, a responsabilidade de seu ato.

D ⇒ O servidor que não se dispuser a realizar o exame deverá obrigatoriamente, assumir a responsabilidade de seu ato por escrito, assinando uma ficha padrão.

PARECER:

Na alternativa A, nada existe que não esteja de acordo com a gramática da língua portuguesa padrão. Por isso, essa alternativa é correta. O mesmo não corresponde às demais alternativas.

Em B, deve-se substituir a forma verbal “dispor” pela forma “dispuser” (futuro do subjuntivo); em C, além do uso inadequado de hífen em “ficha-padrão”, visto que não se trata de um vocábulo composto, permanece a forma “dispor” no lugar da forma “dispuser” (futuro do subjuntivo); em D, além da ausência de vírgula antes de “obrigatoriamente”, visto que se trata de adjunto adverbial intercalado, a forma verbal “assumirá” deve ser substituída pela forma “assumir”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

13) Assinale a alternativa **correta** que preenche as lacunas da frase a seguir.

“O vereador que reside _____ Rua Miguel Deodoro corre o risco de ter seu _____ _____ assim que o processo chegar _____ mãos do Presidente.

A ⇒ à - mandado caçado - as

B ⇒ à - mandato caçado - às

C ⇒ na - mandado cassado - as

D ⇒ **na - mandato cassado - às**

PARECER:

Quem reside, reside em algum lugar. Sendo assim, não cabe no referido contexto a preposição “a”. Em se tratando de “mandato”, o mesmo pode ser cassado, não “caçado”. Por fim, “chegar às mãos” (com crase), pois, ao se fazer a substituição de “mãos” pelo masculino “correios”, teremos “chegar aos correios” (grifamos). Conclui-se, portanto, que a única alternativa correta é a letra D.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

14) Qual o pronome de tratamento usado em um requerimento a um delegado em polícia?

A ⇒ Excelentíssimo Senhor, Vossa Excelência.

B ⇒ **Senhor, Vossa Senhoria.**

C ⇒ Magnífico, Vossa Magnificência.

D ⇒ Senhor, Sua Senhoria.

PARECER:

De acordo com Celso Cunha e Lindley Cintra (1985, p. 283), no Brasil, “Vossa Excelência” é usado para altas autoridades do governo e oficiais gerais das Forças Armadas; “Vossa Senhoria”, por sua vez, é usado para funcionários públicos graduados (é o caso dos delegados, acrescentamos), oficiais até coronel.

Da mesma forma, em Dileta Silveira Martins e Lúbia Scliar Zilberknop (2003, p. 506) relacionam entre aqueles a quem cabe o tratamento de “Vossa Excelência”: Procurador-Geral da República, Procurador-Geral do Estado, Embaixadores, Governadores, Membros do Congresso Nacional, Presidentes e Membros dos Tribunais, Ministros de Estado, Comandantes Militares, Juízes, Presidente da República; o tratamento de “Vossa Senhoria” destina-se a funcionários graduados, oficiais até coronel, diretores e chefes de seção.

No site < <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL45231-5598-6054,00.html?id=newsletter>>, acesso em 23/11/2010, consta a seguinte nota: “Delegados do DF querem ser chamados de 'Vossa Excelência'. **Manual de redação diz que o termo correto é Vossa Senhoria** (grifamos). O termo doutor também é incorreto, afirma professora de português da UnB.

No mesmo site, lemos: “Nem doutor, nem Vossa Excelência. O tratamento correto para os delegados está determinado por um Manual de Comunicação Oficial do GDF, que foi feito no ano passado pela então Secretaria de Gestão Administrativa, que tem como fonte o Manual de Redação da Presidência da República. O Manual diz que delegado tem que ser chamado de Vossa Senhoria, da mesma forma que administrador regional, chefe de gabinete, presidente de empresa pública, autarquia ou fundação e secretário-adjunto.”

“Vossa Senhoria é técnico, é uma palavra que tem origem na senhoria, na estrutura feudal, um reconhecimento de que alguém tem jurisdição, tem poder, tem autoridade. Diferentemente da reverência da excelência. Excelentíssimo eu tenho certeza que é uma expressão laudatória, uma reverência e não deveria ser assim no serviço público”, opina a professora Wânia.

Considerando as regras gramaticais teria o Delegado de Polícia o tratamento de Vossa Senhoria, e como a alternativa correta seria a divulgada pelo gabarito, alternativa “B”.

Porém, por força da Lei Complementar nº 453/2010, legislação constante do Anexo I ao Edital, o tratamento correto é Vossa Excelência, ao menos para os Delegados de Polícia do Estado de Santa Catarina, a alternativa correta seria a alterantiva “A”.

Assim, para não haver dúvida quanto à resposta correta da questão, o que poderia trazer prejuízo ao candidato, decide-se pela anulação da questão.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Anular a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

16) Em qual das alternativas a frase **não** é ambígua, isto é, não tem duplo sentido?

A ⇒ Pretende-se discutir o cinema argentino nas universidades para chamar a atenção dos estudantes sobre o regime de exceção.

B ⇒ O ponto forte do debate político de ontem foi a discussão entre Arruda e Roberto Angu que agradou a todos.

C ⇒ O Diretor da Brafor discutiu com o gerente o seu parecer.

D ⇒ Trata-se de um estudo sobre Érico Veríssimo, cuja leitura eu recomendo.

PARECER:

Na alternativa B, a oração “que agradou a todos” tanto pode estar se referindo ao “bebate político de ontem”, quanto à “discussão entre Arruda e Roberto Angu”.

Na alternativa C, ambigüidade está no pronome “seu”, que pode ser interpretado como sendo “o parecer do Diretor da Brafor” ou como “o parecer do gerente”.

Na alternativa D, há dois sentidos: “eu recomendo a leitura de Érico Veríssimo” ou “eu recomendo o estudo sobre Érico Veríssimo”.

A única alternativa não permite dupla interpretação é a A.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010**

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

18) O texto 2 permite inferir que:

A ⇒ no mundo, tal como a Física o descreve, é possível ver o novo simplesmente como rearranjos e combinações.

B ⇒ a novidade biológica e social não se reduz ao novo porque não podem ser mensuradas com exatidão.

C ⇒ as novidades intrínsecas das leis da Física implicam novidades na vida social.

D ⇒ Na História, os novos estágios repetem os estágios ou períodos do passado.

PARECER:

A alternativa A é correta porque repete o mesmo que o texto afirma na primeira frase: “No mundo, tal como a Física o descreve, nada pode ocorrer que seja verdadeira e intrinsecamente novo”.

A alternativa B, contradiz o texto: “a novidade social, assim como a novidade biológica, **é espécie intrínseca de novidade (grifamos)**. É novidade real, irreduzível ao novo dos arranjos. Na vida social, os mesmos velhos fatores, postos em arranjo novo, nunca são realmente os mesmos velhos fatores”.

A alternativa D, da mesma forma, contradiz o texto: “Onde nada se pode repetir com exatidão, a novidade real estará sempre emergindo. E sustenta-se que esse é um significativo traço a ter em conta quando se focaliza o desenvolvimento de novos estágios ou **períodos da História, cada um dos quais diferirá intrinsecamente de qualquer outro**” (grifamos).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

19) Analise as frases a seguir.

- I** *Tenho muito prazer de lhe abraçar e de lhe parabenizar por essa excelente vitória na urnas.*
- II** *Exmo. Sr. Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital,
O Delegado de Polícia, abaixo assinado, requer a Vossa Excelência a expedição de competente alvará de soltura para os presos a seguir relacionados.*
- III** *Permita-me dizer, caro amigo, que se for preciso irei consigo falar ao Governador.*
- IV** *Peço-vos que seja dado ao signatário a devida autorização para que viaje a capital paranaense.*
- V** *Desde o nascedouro da investigação policial, com a necessária instauração de um inquérito policial, abrem-se várias oportunidades para o causídico impetrar habeas corpus, como no caso de atipicidade do fato investigado.*

Em relação à língua portuguesa padrão escrita, assinale a alternativa que contém **todas** as frases corretas.

- A** ⇒ I - II - III **C** ⇒ II - V
B ⇒ I - IV - V **D** ⇒ III - IV - V

PARECER:

Na frase I, os verbos “abraçar” e “parabenizar” são transitivos diretos e, como tal, o complemento verbal será um objeto direto. Para exercer essa função, em se tratando de pronome oblíquo átono de terceira pessoa, a norma da língua portuguesa padrão recomenda o emprego das formas pronominais “o, os, a, as” (lo, los, la, las, no, nos, na, nas).

Na frase III, ocorre o emprego indevido da forma pronominal “consigo” em referência ao interlocutor. Essa forma do pronome destina-se à pessoa sobre a qual está-se falando, ou está-se referindo (equivalente a “com ele”, “com ela”).

Na frase IV, ocorre um erro de concordância nominal, visto que onde se lê “dado”, deve-se dizer “dada” para concordar com “a devida autorização”.

Restam como corretas as frases II e V. Ressalve-se que o emprego de letra maiúscula no interior da frase II é mero erro de ortografia. As convenções ortográficas não são parte da gramática da língua.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO:

20) Assinale a frase **correta** quanto à concordância verbal.

A ⇒ Naquela hora da manhã, pela rua deserta caminhavam ela, o marido e eu.

B ⇒ É impressionante como, em época de eleições, são feitas promessas e gasta-se fortunas com propaganda.

C ⇒ Os Estados Unidos venceu a seleção brasileira de basquete em partida disputada ontem, na Bélgica.

D ⇒ **Em breve, irá fazer trinta e dois anos que comecei a trabalhar nesta empresa.**

PARECER:

Na frase A, a forma verbal correta é “caminhávamos”, uma vez que havendo diferentes pessoas gramaticais compondo o sujeito, a primeira pessoa prevalece sobre as demais e a segunda prevalece sobre a terceira pessoa.

Na frase B, a forma verbal correta é “gastam-se”, pois sendo frase na voz passiva sintética, o verbo deve concordar com o sujeito que, no caso, é “fortunas”, no plural.

Na frase C, nomes próprios no plural iniciados por artigo impõem a concordância verbal no plural.

Na letra D, o verbo fazer significa tempo decorrido e, sendo assim, é impessoal. Os verbos impessoais permanecem na terceira pessoa do singular; o mesmo vale para eventuais auxiliares: “irá faze” (grifamos).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO:

21) Com relação ao Sistema Operacional Windows XP é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ O usuário pode excluir pastas e arquivos utilizando a tecla Delete.

B ⇒ A tecla Caps Lock, quando ativada, faz com que as letras digitadas sejam inseridas no formato maiúsculo.

C ⇒ Mais de um programa pode ser executado simultaneamente, sendo que o usuário pode usar as teclas ALT+TAB para alternar entre as janelas dos programas.

D ⇒ Os ícones de acesso aos programas instalados no computador estão localizados no Painel de Controle.

PARECER:

Item A: A exclusão de pastas e arquivos podem ser realizadas de diferentes maneiras: Utilizando a tecla Delete, utilizando o botão direito do mouse ou o teclado e escolhendo a opção Excluir, utilizando o menu Arquivo e escolhendo a opção Excluir, utilizando o prompt de comando, entre outras. Os detalhes do processo completo de exclusão, incluindo a seleção dos arquivos, a tela de confirmação e a ida para a Lixeira não são fatores que impedem a avaliação desta assertiva por parte do candidato. O item está correto.

Item D: Os ícones de acesso aos programas ficam localizados no Menu Iniciar. No Painel de Controle ficam os ícones de acesso às opções de configuração do Windows. O item está incorreto.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO:

23) Considerando a planilha eletrônica Microsoft Excel 2003, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () *Uma coluna só pode ser removida se suas células estiverem vazias.*
- () *O usuário pode utilizar a tecla **SHIFT** e as teclas de setas para selecionar células da planilha.*
- () *Se o conteúdo da célula A1 for 5 e o conteúdo da célula B1 for = A1+1, então na célula B1 o valor mostrado será 6.*
- () *Antes de inserir uma função em uma célula, o usuário deve selecionar a Categoria Função na janela Propriedades da Célula.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ V - F - F - V

B ⇒ F - V - V - F

C ⇒ V - V - V - V

D ⇒ F - F - F - F

PARECER:

*“O usuário pode utilizar a tecla **SHIFT** e as teclas de setas para selecionar células da planilha.”*

Verdadeiro – Se o usuário utilizar a tecla **TAB**, como informa recurso interposto por candidato, não será possível selecionar as células. A tecla **TAB** faz com que o cursor passe para a próxima célula, sem selecioná-la.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO:

26) Em relação ao processador de textos Microsoft Word 2003 é correto afirmar, **exceto**:

- A** ⇒ **As marcas de tabulação ficam localizadas por padrão no cabeçalho do documento.**
- B** ⇒ A configuração da página é acessada por meio da opção Arquivo → Configurar Página.
- C** ⇒ Por meio do item Inserir → Imagem, da Barra de Menus, o usuário pode inserir uma imagem no documento.
- D** ⇒ O usuário pode visualizar a impressão antes de efetivamente imprimir o documento.

PARECER:

Item A: As marcas de tabulação ficam localizadas na régua, e não do cabeçalho do documento. O item está incorreto.

Item C: O processo de inserção de uma imagem em um documento pode ser feito de diferentes formas: Utilizando o Menu Inserir → Imagem, utilizando a opção Ctrl+C e Ctrl+V para trazer uma imagem de outro programa ou outro documento do Word, utilizando a opção de arrastar e soltar para trazer uma imagem do Windows Explorer, entre outras. O processo completo de inserção de uma imagem vai desde a abertura ou criação de um documento até a escolha da imagem, o que não está sendo requisitado neste item. O item está correto.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO:

27) Sobre a planilha eletrônica Microsoft Excel 2003, assinale a alternativa **correta** que completa as lacunas da frase a seguir.

“Considerando que o conteúdo da célula A4 é = A1+A2/A3 e que o conteúdo da célula A1 é ____, da A2 é ____ e da A3 é ____ então na célula A4 estará sendo visualizado o número ____.”

A ⇒ 10 - 15 - 15 - 5

B ⇒ 15 - 10 - 5 - 5

C ⇒ 15 - 10 - 5 - 17

D ⇒ 10 - 15 - 15 - 17

PARECER:

O conteúdo da questão está de acordo com o conteúdo programático constante no Edital, conforme segue: **Principais funções do Excel: matemáticas, estatísticas, data-hora, financeiras e de texto.**

A função é apresentada da seguinte forma: $A1+A2/A3$

A alternativa C apresenta: $A1=15$, $A2=10$ e $A3=5$

Portanto:

$$A4 = A1 + A2 / A3$$

$$A4 = 15 + 10 / 5$$

$$A4 = 15 + 10 / 5 \text{ (A divisão ocorre primeiro, conforme regra matemática)}$$

$$A4 = 15 + 2$$

$$A4 = 17$$

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO:

28) Sobre software de apresentação Microsoft Powerpoint 2003, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () *Os arquivos salvos pelo programa são, por padrão, do formato **ppt**.*
- () *O usuário pode criar uma nova apresentação com definições de cores e textos baseados em um Modelo de Design existente.*
- () *Em uma nova apresentação em branco o slide inicial está formatado por padrão com o Layout Slide de Título.*
- () *Os objetos inseridos nos slides somente podem ser reposicionados se o Slide Mestre estiver desbloqueado.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ F - F - F - V

B ⇒ V - V - V - F

C ⇒ V - F - F - V

D ⇒ F - V - V - F

PARECER:

Item A: Por padrão o Powerpoint oferece ao usuário a extensão PPT no momento em que uma apresentação é salva pela primeira vez. Cabe ao usuário manter esta opção ou alterar para outra desejada, escolhendo na lista apresentada na respectiva janela. O item é verdadeiro.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO:

29) Com relação ao acesso e utilização de redes de computadores, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:

A ⇒ O Internet Explorer é o navegador padrão do Windows, mas o usuário pode, se desejar, instalar e utilizar outro navegador em seu computador.

B ⇒ As mensagens de correio eletrônico podem ser enviadas para um ou mais destinatários.

C ⇒ A presença de um software antivírus no computador é essencial para uma navegação segura na Internet.

D ⇒ Uma senha formada por quatro números é considerada uma senha difícil.

PARECER:

Item C: A presença de um software antivírus é essencial, pois sem ele a navegação é evidentemente insegura, correndo o usuário risco de infecção por parte de sites com códigos maliciosos. O item não afirma que haverá 100% de segurança. As atualizações de vacinas, utilização de outros softwares de segurança são importantes e fundamentais. Porém eles não tornam a presença de um software antivírus dispensável. Ele continua sendo essencial. O item está correto.

Item D: Uma senha difícil é aquela que dificilmente é descoberta por um invasor. A utilização do processo de força bruta, que é a tentativa de todas as opções possíveis de senha de modo automático, quebra uma senha composta por quatro números em questão de segundos. A utilização de senhas com mais de 10 caracteres compostos por letras maiúsculas, minúsculas, números e caracteres especiais faz com que uma senha seja difícil (não impossível) de ser quebrada (descoberta). Portanto, uma senha formada por quatro números não é uma senha difícil, pois pode ser facilmente descoberta. O item está incorreto.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO:

31) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

B ⇒ No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular.

C ⇒ **A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será sempre regulada pela lei pessoal do "de cujus".**

D ⇒ As associações poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial.

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com o artigo 5º e seguintes da CRFB/88. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da CRFB/88).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO:

32) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ São gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data".

B ⇒ **Conceder-se-á "habeas-data" para a retificação de dados, após fazê-lo por processo judicial ou administrativo.**

C ⇒ O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por entidade de classe.

D ⇒ Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos.

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com o artigo 5º e seguintes da CRFB/88. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da CRFB/88).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO:

33) Sobre a Ação Popular, é **correto** afirmar:

A ⇒ É cabível a ação popular para anular ato lesivo ao patrimônio.

B ⇒ Qualquer brasileiro é parte legítima para propor ação popular.

C ⇒ É cabível a ação popular para anular ato lesivo ao patrimônio público ou privado.

D ⇒ **O autor, salvo má-fé, está totalmente isento de custas judiciais para propor ação popular.**

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com o artigo 5º e seguintes da CRFB/88. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da CRFB/88).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO:

34) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) é correto afirmar, exceto:

A ⇒ Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver o reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.

B ⇒ Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização.

C ⇒ Não será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver adquirido outra por imposição como condição para permanência em território estrangeiro.

D ⇒ É possível a perda da nacionalidade do brasileiro.

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com o artigo 12 e seguintes da CRFB/88. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da CRFB/88).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO:

35) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), quanto ao Mandado de Segurança, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

B ⇒ Pode a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser estendida ao sucessor.

C ⇒ **A lei considerará crimes inafiançáveis, mas suscetíveis de anistia, a prática da tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes.**

D ⇒ Aquele que, podendo evitar, omitiu-se, poderá responder por terrorismo.

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com o artigo 5 e seguintes da CRFB/88. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da CRFB/88). Por fim, o mencionado Remédio (MS) no enunciado em nada interfere na solução da questão.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO:

36) Quanto ao Chamamento ao Processo é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ O militar alistável é elegível, mas, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

B ⇒ Os partidos políticos, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, e, após, adquirem personalidade jurídica.

C ⇒ O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, mas a ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça.

D ⇒ É assegurada aos partidos políticos autonomia para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais.

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com os artigos 14 a 17 da CRFB/88. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da CRFB/88). Por fim, o equívoco do enunciado (que trouxe uma palavra a mais em seu enunciado) não interfere em nada na solução da questão, que apenas exigia do candidato a análise do certo e errado de cada alternativa.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO:

37) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição.

Neste sentido, é correto afirmar, **exceto**:

- A** ⇒ São privativos de brasileiros os cargos de Ministros dos Tribunais Superiores.
- B** ⇒ São privativos de brasileiros os cargos de membros da Câmara dos Deputados.
- C** ⇒ É privativo de brasileiro o cargo de Vice-Presidente do Senado Federal.
- D** ⇒ São privativos de brasileiros os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com os artigos 12 e seguintes da CRFB/88. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da CRFB/88).

No mais, usando trecho de um dos recursos, que surpreendentemente pede a manutenção do gabarito preliminar divulgado, há que se resumir que: Considerando que todo brasileiro é nato ou naturalizado, então é privativo de brasileiro (nato ou naturalizado) o cargo de Ministros de Tribunais Superiores; é privativo de brasileiro (nato ou naturalizado) o cargo de membro da Câmara dos Deputados; é privativo de brasileiro (nato ou naturalizado) o cargo de Vice-presidente do Senado Federal; é privativo de brasileiro (NATO, SOMENTE) o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República. Logo, a alternativa D é a exceção e, portanto, correta. Para as alternativas A, B e C, encaixa-se qualquer brasileiro, nato ou naturalizado. Para a alternativa D, encaixa-se somente o brasileiro NATO.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO:

38) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), analise as afirmações a seguir.

- I** *O preso tem direito à identificação dos responsáveis por seu interrogatório policial.*
- II** *Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.*
- III** *Não será concedida extradição de estrangeiro.*
- IV** *Nenhum brasileiro será extraditado.*
- V** *São sempre gratuitos o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.*

Todas as afirmações **corretas** estão em:

- A** ⇒ I - III
- B** ⇒ II - III - IV
- C** ⇒ III - IV
- D** ⇒ III - IV - V

PARECER:

O gabarito correto e de acordo com o artigo 5º e seguintes da CRFB/88 seria alternativas I e II. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da CRFB/88).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Anular a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO:

39) Marque V ou F, conforme as afirmações a seguir sejam verdadeiras ou falsas.

O servidor público estável perderá o cargo nas seguintes hipóteses:

- () *Mediante processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa.*
- () *Em virtude de sentença judicial.*
- () *De ofício quando medida disciplinar ou sancionatória.*
- () *Quando da recusa da remoção ou promoção.*
- () *Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurada ampla defesa.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ V - F - F - V - V

B ⇒ F - F - V - V - F

C ⇒ V - F - F - F - V

D ⇒ F - V - V - F - V

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com o artigo 37 e seguintes da CRFB/88. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da CRFB/88).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010**

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO:

40) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Neste sentido, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () *Para a aquisição da estabilidade é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.*
- () *Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em licença não remunerada.*
- () *Extinto o cargo o servidor poderá ser aposentado.*
- () *Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele readmitido ou aposentado.*
- () *Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ V - F - V - F - V

B ⇒ V - F - F - F - F

C ⇒ F - F - F - V - V

D ⇒ F - V - V - F - V

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com o artigo 41 e seguintes da CRFB/88. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da CRFB/88).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO:

41) Em relação ao Direito Administrativo é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ **A jurisprudência não pode ser fonte do Direito Administrativo.**

B ⇒ Pode-se conceituar Direito Administrativo como o conjunto de normas e princípios jurídicos que regem as relações entre as pessoas e órgãos do Estado e entre este e a coletividade, sempre com vistas ao interesse público.

C ⇒ O Direito Administrativo possui estreita ligação com o Direito Constitucional, podendo-se dizer que aquele é o lado dinâmico deste.

D ⇒ A interpretação do Direito Administrativo deve considerar a desigualdade jurídica entre a Administração e os administrados, a presunção de legitimidade dos atos da Administração e a necessidade da prática de atos discricionários para a Administração atender ao interesse público.

PARECER:

A única afirmativa errada é a constante na alternativa A, uma vez que a jurisprudência é uma das fontes do Direito Administrativo, tal qual a lei, a doutrina e os costumes.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO:

42) Sobre os princípios básicos da Administração Pública, é **correto** afirmar:

A ⇒ Os princípios da autotutela e da supremacia do interesse público são expressos na Constituição Federal de 1988.

B ⇒ São princípios básicos da Administração Pública, de observância permanente e facultativa do administrador: legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, dentre outros.

C ⇒ **A publicidade não é elemento de formação do ato administrativo, mas requisito de eficácia e moralidade deste.**

D ⇒ O princípio da eficiência visa impedir que fatores pessoais sejam os verdadeiros fins da atividade administrativa.

PARECER:

A única afirmativa correta consta na alternativa C. A publicidade é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início dos efeitos externos. Por não ser elemento de formação do ato administrativo, mas requisito de eficácia e moralidade, “os atos irregulares não se convalidam com a publicação, nem os regulares a dispensam para sua exeqüibilidade, quando a lei ou o regulamento a exige.” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 94).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO:

43) Sobre licitação, é **correto** afirmar:

A ⇒ Grave perturbação da ordem é exemplo de situação que admite a dispensa da licitação para os contratos relacionados com o evento.

B ⇒ O princípio do procedimento formal impõe a vinculação da licitação às prescrições que a regem em seus atos e fases, as quais devem estar previstas exclusivamente em lei ordinária.

C ⇒ O princípio da publicidade dos atos da licitação abrange todas as suas fases, desde o aviso de abertura até seu julgamento, que deverá ser sempre realizado em ato público, na presença dos interessados.

D ⇒ O objeto da licitação pode ser definido posteriormente à publicação do edital.

PARECER:

A única alternativa correta é a A, eis que tais circunstâncias são arroladas no art. 24, III, da Lei nº 8.666/1993.

A afirmação constante na alternativa C é errada, porquanto “não há confundir, entretanto, a abertura da documentação e das propostas com seu julgamento. Aquela será sempre em ato público; este poderá ser realizado em recinto fechado e sem a presença dos interessados (...)”. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 275).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO:

44) Em relação ao uso e abuso do poder, analise as afirmações a seguir.

- I** *Nem todo ato praticado com abuso de poder é nulo.*
- II** *O abuso de poder só se dá na forma comissiva.*
- III** *O desvio de finalidade, uma das espécies de abuso de poder, ocorre, por exemplo, quando a autoridade pública compra um tipo de automóvel incompatível com a natureza do serviço a que se destinava.*
- IV** *O excesso de poder é caracterizado quando o ato é praticado por autoridade incompetente para praticá-lo.*
- V** *Contradição entre os fatos invocados como motivo do ato e o seu conteúdo e a ocultação de fatos pertinentes à situação são indícios denunciadores do desvio de poder.*

Todas as afirmações **corretas** estão em:

A ⇒ I - II

B ⇒ I - III - IV

C ⇒ II - IV - V

D ⇒ III - V

PARECER:

A questão deve ser anulada por não constar alternativa correta, contendo também a afirmativa do item IV como correta.

Na lição de Hely Lopes Meirelles, “o excesso de poder ocorre quando a autoridade, embora competente para praticar o ato, vai além do permitido e exorbita no uso de suas faculdades administrativas. Excede, portanto, sua competência legal e, com isso, invalida o ato, porque ninguém pode agir em nome da Administração fora do que a lei lhe permite. (...) Essa conduta abusiva, através do excesso de poder, tanto se caracteriza pelo descumprimento frontal da lei, quando a autoridade age claramente além de sua competência, como, também, quando ela contorna dissimuladamente as limitações da lei, para arrogar-se poderes que não lhe são atribuídos legalmente.” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 112).

Portanto, estando correta a assertiva do item IV e não havendo a alternativa pertinente, a questão deve ser anulada.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Anular a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO:

45) Sobre a classificação dos atos administrativos, correlacione as colunas a seguir.

- (1) *Atos de império*
- (2) *Atos constitutivos*
- (3) *Atos concretos*
- (4) *Atos não auto-executórios*
- (5) *Atos simples*

- () *Um exemplo é a cobrança da multa aplicada.*
- () *São emanados da vontade de um só órgão ou agente administrativo.*
- () *A vontade dos administrados não intervém para sua prática.*
- () *São exemplos a autorização, a licença e a sanção administrativa.*
- () *Têm destinatários individualizados, ainda que coletivamente.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ 4 - 5 - 1 - 2 - 3

B ⇒ 5 - 2 - 3 - 4 - 1

C ⇒ 4 - 2 - 1 - 3 - 5

D ⇒ 2 - 5 - 4 - 1 - 3

PARECER:

Está correta a questão. A execução ou cobrança do efeito pecuniário da multa aplicada não pode ser realizada diretamente pela Administração e por isso é classificado como um ato não-executório. Sobre o tema, leciona José dos Santos Carvalho Filho: “A Administração só pode executá-los pela via indireta, recorrendo ao Poder Judiciário. É o caso da multa: depois de aplicada, só pode ser cobrada do transgressor pela via judicial.” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo Brasileiro. 21 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009. p. 128).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO:

46) Sobre os princípios básicos dos serviços públicos, é **correto** afirmar:

A ⇒ O princípio da continuidade é um desdobramento do princípio da igualdade e da isonomia.

B ⇒ Segundo o princípio do funcionamento eficiente, os serviços públicos devem ser prestados de modo a beneficiar o maior número de indivíduos, sem distinção entre os beneficiários.

C ⇒ O princípio do funcionamento contínuo, ao conciliar-se com o direito de greve dos servidores, impõe algumas regras específicas ao exercício deste, como a manutenção de parte das atividades em funcionamento.

D ⇒ As empresas concessionárias, por serem particulares, não estão sujeitas ao princípio da generalidade.

PARECER:

A única alternativa correta é a C. Leciona Odete Medauar sobre o preceito do funcionamento contínuo: “Esse princípio traz conseqüências em alguns âmbitos do direito administrativo, como nos contratos e no regime dos servidores. Um dos âmbitos mais sensíveis refere-se ao direito de greve (...). A conciliação entre o direito de greve e a continuidade se realiza por regras específicas para a greve nos serviços públicos – por exemplo: comunicação prévia, com antecedência razoável, do início da greve; manutenção de parte das atividades em funcionamento.” (MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 12 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 316).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO:

47) Assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ A vacância dos cargos integrantes do órgão público causa sua extinção.

B ⇒ **A função pública do agente público pode ser gratuita.**

C ⇒ A criação de órgão da Administração Pública depende da iniciativa do agente público investido na função de chefia do mesmo.

D ⇒ O órgão público representa juridicamente a entidade a que pertence perante terceiros.

PARECER:

A única alternativa correta é a B, uma vez que a expressão “agentes públicos” tem sentido amplo e representa o conjunto de pessoas que exercem uma função pública como prepostos do Estado. “Essa função, é mister que se diga, pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica.” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo Brasileiro. 21 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009. p. 559).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO:

49) Sobre a Administração indireta é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Cada entidade da Administração indireta possui seus próprios patrimônio, pessoal e estrutura administrativa.

B ⇒ Um dos pontos em comum entre as pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta é criação por lei específica.

C ⇒ Para a criação ou autorização de instituição das entidades da Administração indireta, é necessária lei decorrente de projeto elaborado somente com tal finalidade.

D ⇒ **Um aspecto da Administração indireta é a pluralidade de especialidade das atribuições de cada entidade, de modo que cada uma pode destinar-se a diversas áreas de atuação.**

PARECER:

A única alternativa errada é a D, pois “uma das características da Administração indireta é a especialidade das atribuições de cada entidade. Assim, por exemplo, umas destinam-se ao fornecimento de água, outras, à preservação do patrimônio cultural, e outras, a correios e telégrafos.” (MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 12 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 69).

A alternativa A está correta, uma vez que “para o desempenho de sua competência específica, a entidade da Administração indireta é dotada de patrimônio e pessoal próprios, estrutura administrativa própria, encabeçada por um dirigente, de regra denominado ‘presidente’ ou ‘superintendente’ (nas universidades, reitor).” (MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 12 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 69).

A assertiva B também está correta. Nas palavras de Hely Lopes Meirelles, “as pessoas jurídicas que integram a Administração indireta da União – autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista – apresentam três pontos em comum: criação por lei específica, personalidade jurídica e patrimônio próprio.” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 740).

Por fim, correta a alternativa C. Segundo a lição de Odete Medauar, “outro aspecto do regime geral das entidades da Administração indireta é a exigência de lei específica para a criação de autarquia e para a autorização de instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, conforme prevê o inc. XIX do art. 37 da CF. Por lei específica deve-se entender a lei decorrente de projeto elaborado somente com a finalidade de criar a entidade.” (MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 12 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 69).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO:

50) Em relação ao poderes administrativos, analise as afirmações a seguir.

- I** *A licença para construir e a matrícula em escola pública são exemplos do exercício do poder vinculado.*
- II** *O poder normativo visa a explicitar o conteúdo das leis, de modo a operacionalizar sua execução.*
- III** *O poder regulamentar é a faculdade da Administração de emitir normas que disciplinam matérias não privativas de lei.*
- IV** *O poder de decidir conflito de competência entre subordinados é um exemplo de aplicação do poder hierárquico.*
- V** *O poder disciplinar é atividade administrativa atribuída à autoridade administrativa, não se confundindo com o poder penal do Estado, exercido através do poder Judiciário.*

Todas as afirmações **corretas** estão em:

- A** ⇒ I - II - III **C** ⇒ III - IV
B ⇒ I - IV - V **D** ⇒ IV - V

PARECER:

A afirmativa I está correta, pois muito embora no cotidiano das atividades administrativas sejam poucas as situações de vinculação e discricionariedade puras, a licença para construir e a matrícula em escola pública são atos decorrentes do poder vinculado ou competência vinculada, em que a autoridade, ante determinada circunstância, é obrigada a tomar uma decisão específica, pois sua conduta é ditada pela norma. (MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 12 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 107).

As assertivas II e III estão erradas, porquanto trazem seus conceitos invertidos. O poder administrativo que visa a explicitar o conteúdo das leis, de modo a operacionalizar sua execução, é o poder regulamentar. De seu exercício surgem os regulamentos veiculados por meio de decretos, que trazem as minúcias da matéria disciplinada na lei. Já o poder normativo é a faculdade da Administração de emitir normas que disciplinam matérias não privativas de lei. “Na Administração direta, o Chefe do Executivo, Ministros e Secretários expedem atos que podem conter normas gerais destinadas a reger matérias de sua competência, com observância da Constituição e da lei. Exemplo: decreto do Presidente da República que dispensa a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de interpor recursos judiciais em rol de matérias (...)”. (MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 12 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 114-116).

As proposições IV e V são corretas. Em decorrência do poder hierárquico, o servidor superior exerce poderes e faculdades sobre o subordinado. Dentre eles pode-se citar o poder de dar ordens e instruções, de rever seus atos e de decidir conflitos de competências entre subordinados. Já o poder disciplinar visa apurar e punir faltas funcionais. Quanto ao tema, leciona Odete Medauar: “Não deve ser confundido o poder disciplinar com o poder penal do Estado. Este é exercido pelo Poder Judiciário, regido pelo processo penal (...). O poder disciplinar, por sua vez, é atividade administrativa, regida pelo direito administrativo, segundo normas do processo administrativo (...)”. (MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 12 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 116-117).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO:

51) Segundo o Código Penal brasileiro, “O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.”

Assinale a alternativa **correta** que completa o enunciado a seguir:

A omissão é penalmente relevante (...)

A ⇒ quando o omitente, independentemente da preexistência de qualquer dever de sua parte, podia agir para evitar o resultado.

B ⇒ somente nos crimes omissivos próprios.

C ⇒ quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.

D ⇒ sempre que o omitente tiver o dever jurídico de evitar o resultado.

PARECER:

A única resposta correta está na letra “C”. Duas são as condições estabelecidas pela Lei Penal brasileira para que alguém responda penalmente por sua omissão: o dever de agir e o poder (poder fático) de agir. Isto está expressamente definido no art. 13, § 2º do Código Penal. A resposta “D” não está certa, pois há inúmeras situações em que o agente tem dever jurídico de evitar o resultado mas não tem “poder fático” (real) de impedi-lo.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão.

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010**

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO:

55) Assinale a única alternativa correta.

A ⇒ É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo do resultado do crime, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

B ⇒ É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

C ⇒ É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, havia sido, ao tempo da ação ou da omissão, civilmente interditado.

D ⇒ É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, ao tempo da ação ou da omissão, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

PARECER:

A única afirmação correta está sub “B”, pois coincide com a redação do art. 26, “caput” do Código Penal. A assertiva “D” refere-se à semi-imputabilidade (CP, art. 26, parágrafo único): o agente “não era inteiramente capaz de entender...”, o que significa que “era parcialmente capaz de entender...”. Neste caso, de semi-imputabilidade, não há isenção de pena e sim redução de pena.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO:

56) No crime de injúria, se a ofensa à honra consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência a ação penal será:

A ⇒ de iniciativa privada.

B ⇒ imprescritível.

C ⇒ pública condicionada.

D ⇒ pública incondicionada.

PARECER:

A resposta “C” é a única afirmativa correta. O crime de injúria qualificada, quando *consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência* (CP, art. 140, § 3º) *procede-se mediante representação do ofendido* (CP, art. 145 parágrafo único, com redação dada pela Lei nº 12.033. de 2009). A ação penal é pública condicionada.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão.

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010**

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO:

57) Assinale a alternativa **correta** que completa o enunciado a seguir:

A conduta definida como crime no art. 218-B do Código Penal (“*Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone*”) (...)

A ⇒ não caracteriza crime de estupro de vulnerável, nem é considerado crime hediondo.

B ⇒ não caracteriza crime de estupro de vulnerável, mas é considerado crime hediondo.

C ⇒ é modalidade de crime equiparado a estupro de vulnerável, mas não é considerado crime hediondo.

D ⇒ caracteriza crime de estupro de vulnerável e é considerado crime hediondo.

PARECER:

A única resposta correta está sub “A”. A infração penal descrita no art. 218-B do Código Penal é crime contra pessoa vulnerável (pessoa menor de 14 anos, a teor do art. 217-A, do CP), mas não configura “estupro de vulnerável” mas sim uma modalidade de lenocínio. Também não é considerado crime hediondo (ao contrário do estupro de vulnerável), uma vez que não há expressa previsão neste sentido na Lei n. 8.072/1990.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO:

58) Segundo a Lei das Execuções Penais (Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984), os condenados que cumprem pena em regime semi-aberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos casos de visita à família, de frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução; e de participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

Esta autorização será concedida por prazo:

- A** ⇒ não superior a 8 (oito) dias, podendo ser renovada por mais 3 (três) vezes durante o ano.
- B** ⇒ não superior a 10 (dez) dias, podendo ser renovada por mais 3 (três) vezes durante o ano.
- C** ⇒ não inferior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada, no mínimo, por mais 4 (quatro) vezes durante o ano.
- D** ⇒ não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais 4 (quatro) vezes durante o ano.

PARECER:

A matéria está expressamente prevista no Edital (Vide Tópico: “Legislação Especial”, do qual consta a Lei de Execução Penal – Lei 7.210/84). A única resposta correta é “D”, a teor dos artigos 122 e 123 da referida Lei.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO:

59) A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos na Lei dos Crimes Hediondos (Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990), terá o prazo de:

A ⇒ 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

B ⇒ 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

C ⇒ 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

D ⇒ 10 (dez) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

PARECER:

A Lei dos Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/90) está expressamente prevista no Edital do certame, no tópico “Legislação Especial”. A única resposta correta está sub “B”, pois “*A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei no 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo (isto é, os crime hediondos e equiparados), terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.*” (Lei n. 8.071/90, art. 2º, § 4º).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO:

61) Assinale a alternativa **correta** que completa o enunciado a seguir:

Para os efeitos da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (...)

A ⇒ em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

B ⇒ no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são juridicamente aparentados, unidos por laços naturais, excetuados os que se consideram aparentados os agregados somente por afinidade ou por ato vontade expressa.

C ⇒ em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, tendo como requisito necessário a coabitação

D ⇒ no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, exceto as esporadicamente agregadas.

PARECER:

A Lei n. 11.340/2006 está expressamente prevista no Edital, no tópico “Legislação Especial”. A única resposta correta está sub “A” e os recursos não a questionam neste sentido.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO:

62) A conduta de quem utiliza local de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, para uso indevido de drogas, segundo a legislação penal brasileira é:

A ⇒ infração penal equiparada ao tráfico de drogas.

B ⇒ infração penal de menor potencial ofensivo.

C ⇒ crime putativo.

D ⇒ **fato penalmente atípico.**

PARECER:

A única resposta correta está sub “D”. De fato, não é crime a conduta descrita no enunciado da questão. Crime existe somente quanto a cessão é para o tráfico, conforme o art. 33, §, 1º, da Lei 11.343/2006, pelas penas deste respondendo quem “III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.”

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão.

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010**

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO:

64) Assinale a alternativa **correta** que completa o enunciado a seguir:

Segundo o Código de Processo Penal brasileiro, a restituição das coisas apreendidas, quando cabível, poderá ser ordenada (...)

A ⇒ somente pela autoridade judicial, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

B ⇒ somente pelo órgão do Ministério Público, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

C ⇒ pela autoridade policial, pelo escrivão de polícia ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

D ⇒ **pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.**

PARECER:

A única resposta correta está sub “D”. O recurso está equivocado, pois pede a alteração de gabarito de “C” para “D”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO:

65) Assinale a alternativa **correta** que completa o enunciado a seguir:

De acordo com o Código Penal brasileiro, o silêncio do indiciado no interrogatório extrajudicial ou do acusado no interrogatório judicial (...)

A ⇒ não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz em decisão condenatória.

B ⇒ importará em confissão, mas não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.

C ⇒ não importará em confissão, mas poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.

D ⇒ **não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.**

PARECER:

A única resposta correta estaria na alternativa “D”. O silêncio do indiciado ou do acusado não importam em confissão e não podem ser interpretados em prejuízo à defesa. No entanto, há um erro formal no enunciado, pois se fez menção ao Código Penal brasileiro quando, na verdade, deveria ser “Código de Processo Penal brasileiro”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Anular a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO:

66) Assinale a alternativa **correta** que completa o enunciado a seguir:

Conforme o direito processual penal brasileiro, quando a própria autoridade policial a realizar pessoalmente, a busca domiciliar (...)

A ⇒ deve ser precedida da expedição de mandado judicial.

B ⇒ prescinde de mandado judicial, mas somente poderá ser realizada durante o período diurno.

C ⇒ deve ser precedida da expedição de mandado judicial e poderá ser realizada tanto de dia quanto à noite.

D ⇒ prescinde de mandado judicial.

PARECER:

A única resposta correta está sub “A”. Segundo o art. 241 do Código de Processo Penal, “Quando a própria autoridade policial ou judiciária não a realizar pessoalmente, a busca domiciliar deverá ser precedida da expedição de mandado.” No entanto, o dispositivo em tela *não foi recepcionado pela Constituição de 1988*, pois o art. 5º, XI da CF estabelece, de maneira expressa, a necessidade de mandado judicial para ingressar em casa alheia – *sem fazer exceção em relação à autoridade policial*. Assim, mesmo que a busca domiciliar seja realizada pela *própria autoridade policial*, o mandado judicial revela-se indispensável.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO:

67) Segundo o Código de Processo Penal brasileiro, **não** se acha em flagrante delito quem:

A ⇒ acaba de cometer a infração penal.

B ⇒ é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

C ⇒ é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

D ⇒ **independentemente de perseguição prévia, é encontrado, em qualquer momento após a infração penal, pela autoridade, na posse de objeto material ou de produto do crime.**

PARECER:

A única resposta correta está sub “D”. **Não** se acha em flagrante delito quem “em qualquer momento após a infração penal” é encontrado na posse de objeto material ou de produto de crime.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO:

70) Quanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Todo ser humano tem direito de fazer parte no governo de um país diretamente, via intermédio de representantes escolhidos.

B ⇒ Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, salvo do direito de mudar de nacionalidade.

C ⇒ Não será feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

D ⇒ Todo ser humano tem pleno direito de acesso ao serviço público de qualquer país.

PARECER:

O recurso do candidato não procede. A alternativa correta de acordo com a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS é a alternativa “C”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA

QUESTÃO:

71) De acordo com a LEI Nº 6.843, de 28 de julho de 1986, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ O processo disciplinar é concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por tempo determinado.

B ⇒ A revisão dos processos disciplinares findos, será admitida.

C ⇒ O prazo para conclusão do processo disciplinar é contado a partir da autuação.

D ⇒ **O policial civil que estiver respondendo a processo disciplinar pode, no seu curso, ser exonerado a pedido.**

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com os artigos 226 a 241 da Lei 6843/86. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da Lei).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA

QUESTÃO:

72) Ainda sobre os processos disciplinares e pedido de revisão, de acordo com a LEI Nº 6.843, de 28 de julho de 1986, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A revisão poderá ser requerida a qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.

B ⇒ A revisão dos processos disciplinares findos será admitida quando a decisão se fundar em depoimento, exames e documentos comprovadamente falsos.

C ⇒ A revisão dos processos disciplinares findos será admitida quando, após a decisão, se descobrirem novas provas de inocência do acusado.

D ⇒ **É admissível a reiteração do pedido de revisão quando a decisão for contrária ao texto expresso da lei.**

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com os artigos 226 a 241 e seguintes da LEI Nº 6.843, de 28 de julho de 1986. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da Lei).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA

QUESTÃO:

73) De acordo com a LEI Nº 6.843, de 28 de julho de 1986, sobre a licença para tratamento de saúde, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Não é possível a prorrogação “ex-offício” da licença para tratamento de saúde.

B ⇒ O policial civil não pode permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, exceto em casos considerados recuperáveis.

C ⇒ A licença superior a 3 (três) dias depende de inspeção realizada por Junta Médica Oficial.

D ⇒ Terminada a licença, o policial civil deve assumir o exercício.

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com os artigos 110 a 113 da Lei 6843/86. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da Lei).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA

QUESTÃO:

74) De acordo com a LEI Nº 6.843, de 28 de julho de 1986, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A ajuda de custo se destina a com-pensação das despesas de viagem às novas instalações quando o policial civil passar a ter exercício em nova sede.

B ⇒ Disponibilidade é o afastamento de policial civil estável em virtude de extinção do cargo ou da declaração de sua desnecessidade por ato do Poder Executivo.

C ⇒ **A percepção da ajuda de custo impede o recebimento de diárias.**

D ⇒ O policial civil obrigado a permanecer fora da sede, em objeto de serviço por mais de 30 (trinta) dias, percebe ajuda de custo.

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com os artigos 152 a 196 da Lei 6843/86. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da Lei).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA

QUESTÃO:

75) De acordo com a LEI Nº 6.843, de 28 de julho de 1986, quanto a Remoção e Substituição, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Na remoção “ex-offício”, por conveniência da disciplina, não tem o policial civil direito à ajuda de custo, salvo o custeio do transporte.

B ⇒ A remoção por permuta não será deferida se uma das partes encontrar-se em condições de aposentadoria dentro de dois anos, contados da data da remoção.

C ⇒ A remoção a pedido ou permuta não dá direito a ajuda de custo.

D ⇒ Cabe substituição no impedimento de ocupante de cargo de provimento em comissão e de função gratificada. A substituição, contudo, é gratuita, salvo se excecer de 15 (quinze) dias.

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com os artigos 69 a 80 da Lei 6843/86. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da Lei).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA

QUESTÃO:

76) De acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 453, de 05 de agosto de 2009 (Institui Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil), é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A promoção extraordinária ocorrerá quando integrante de carreira da Polícia Civil ficar permanentemente inválido, em virtude de ferimento sofrido em ação ou pela prática de Ato de Bravura.

B ⇒ A promoção extraordinária dar-se-á para a classe ou entrância imediatamente superior àquela que o policial civil se encontrar enquadrado.

C ⇒ São consideradas modalidades de promoção ordinárias as realizadas por *Post Mortem*.

D ⇒ Considera-se ação policial civil a realização ou a participação em atividades operacionais da Polícia Civil na execução de tarefas para manutenção da ordem pública.

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com os artigos 60 a 66 da LEI COMPLEMENTAR Nº 453, de 05 de agosto de 2009. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da Lei).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA

QUESTÃO:

77) Quanto a Reintegração e Aproveitamento, de acordo com a LEI Nº 6.843, de 28 de julho de 1986, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () *Reintegração é o retorno aos quadros da Polícia Civil, do policial civil, dele demitido e é feita no cargo anterior-mente ocupado pelo policial civil.*
- () *Transformado o cargo em que se deva verificar a reintegração, esta se dá no cargo transformado e, se extinto, será o policial aposentado.*
- () *Não sendo possível reintegrá-lo, o po-licial civil é posto em disponibilidade sem remuneração, aguardando-se a abertura de vaga.*
- () *A reintegração decorre apenas da de-cisão judicial passada em julgado.*
- () *Aproveitamento é o reingresso no serviço do policial civil em disponibilidade.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ F - V - V - F - V

B ⇒ F - F - V - V - F

C ⇒ V - F - F - V - V

D ⇒ V - F - F - F - V

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com os artigos 53 a 62 da Lei 6843/86. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da Lei).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA

QUESTÃO:

78) Não poderá ser promovido por merecimento o policial civil que:

A ⇒ estiver licenciado para realizar quaisquer cursos em nível de doutorado, mestrado, especialização ou similares, desde que não tenha relação direta com a atividade policial.

B ⇒ estiver à disposição de Órgão Estadual exercendo função não policial civil por interesse da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

C ⇒ estiver em exercício de mandato eletivo, cuja carga horária de trabalho seja compatível com o exercício da função policial.

D ⇒ estiver em gozo de licença para tratamento de saúde de pessoa da família, por menos de 03 (três) meses.

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com o artigo 54 da Lei 453/2009. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da Lei).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2010

PARECER RECURSO DE QUESTÃO

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL / ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA

QUESTÃO:

79) De acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 453, de 05 de agosto de 2009, quanto as promoções, analise as afirmações a seguir.

- I** *A promoção Post Mortem tem por objetivo expressar o reconhecimento do Estado ao policial civil falecido.*
- II** *Na promoção por Ato de Bravura é exigido o atendimento dos requisitos para a promoção.*
- III** *A superveniência do evento morte, em decorrência dos mesmos fatos e circunstâncias que tenham justificado promoção anterior por Ato de Bravura, excluirá a de caráter Post Mortem.*
- IV** *Ato de Bravura em serviço corresponde à conduta do policial civil que, no desempenho de suas atribuições e para a preservação da vida de outrem, coloque em risco incomum a sua própria vida, demonstrando coragem e audácia.*
- V** *A promoção por bravura, condicionada à existência de vaga, se efetivará pela prática de ato considerado meritório.*

Todas as afirmações **corretas** estão em:

A ⇒ I - II - III

B ⇒ I - III - IV - V

C ⇒ II - III - V

D ⇒ III - IV - V

PARECER:

O gabarito está correto e de acordo com os artigos 67 a 68 da Lei 453/2009. No mais, quanto as demais alternativas, a supressão de algumas palavras não alterou em nada o sentido original do texto legal (conforme se observa facilmente confrontando-se as afirmativas questionadas com os incisos e artigos da Lei).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA:

Manter a questão